

CRÉDITO RURAL EDUCATIVO E SEUS PROBLEMAS: UMA PROPOSIÇÃO PARA ESTUDOS

José Teixeira da Silva(*)

SINOPSE

Este trabalho tem por objetivo uma análise do que foi desenvolvido em crédito rural educativo no Brasil. A análise baseia-se em alguns resultados de pesquisas e em informações institucionais. Do estudo realizado conclui-se que o programa vem obtendo resultados regulares mas que carece de acertos importantes no que diz respeito à melhor definição do papel que cada instituição desempenha no processo.

SUMMARY

The objective of this paper was to analyse the work developed in the area of educative rural credit in Brasil. The analysis was based in some research results and some institutional informations. It follows from the analysis that spite of some good results obtained by the educative rural credit program, it needs some adjustments, mainly concerning a better understanding of the role that each institution may perform in the system.

(*) Técnico do Setor de Planejamento da EMATER-MG.

CRÉDITO RURAL EDUCATIVO E SEUS PROBLEMAS: UMA PROPOSIÇÃO PARA ESTUDOS

José Teixeira da Silva

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do setor agrícola brasileiro constituiu-se num dos objetivos básicos do governo com vista ao alcance do equilíbrio da balança comercial do País, à geração de poupança e liberação de mão-de-obra e produção de matéria-prima para o crescimento da indústria nacional e o abastecimento do mercado interno com produtos a preços sempre menores, buscando a elevação da renda **per capita** do povo brasileiro, dado o elevado significado dos produtos agropecuários na composição do orçamento total da família brasileira que, em grande maioria, tem baixo poder aquisitivo.

Podemos conceituar o desenvolvimento rural como um resultado para cuja obtenção demanda, além dos recursos existentes no setor, outros meios externos à propriedade rural, principalmente os obtidos do quadro institucional público e privado, em forma de serviços, fornecidos pela pesquisa, assistência técnica, crédito rural, indústria de insumos, comércio de insumos e produtos, órgãos ligados à educação, saúde e outros.

O maior ou menor grau do desenvolvimento rural é fruto de:

- . Maior ou menor interação entre os recursos existentes no setor, principalmente os referentes à terra e à força-trabalho com os conhecimentos disponíveis nos órgãos de pesquisas educacionais, difusores de tecnologia, recursos bancários e os novos insumos produzidos pela indústria.
- . Da maior ou menor eficiência institucional desempenhada por cada órgão especificamente dentro da sua atribuição.
- . Do maior ou menor entrosamento obtido entre as instituições participantes do desenvolvimento rural.

Tomando tais afirmativas como referência para uma rápida análise do trabalho desenvolvido em crédito educativo no Brasil, é fácil concluir que o programa vem obtendo resultados que podem ser considerados apenas regulares, e que o programa carece de alguns acertos importantes, principalmente no que diz respeito à melhor definição dos papéis que cada instituição desempenha no

processo, visando contribuir mais efetivamente na busca de maior estoque de informações, num prazo menor, para os agricultores.

As idéias que aqui serão desenvolvidas têm suporte em alguns resultados de pesquisa e algumas informações das próprias instituições. Defendemos, basicamente, maior eficiência e o melhor entrosamento entre as entidades de pesquisa, assistência técnica, o crédito rural e a utilização em maior grau do próprio agricultor, para obtenção e difusão de informações técnicas que poderão acelerar mais rapidamente o processo de desenvolvimento rural.

2. PROBLEMAS IMPORTANTES PARA REFLEXÃO E ANÁLISE

Numa primeira abordagem analisaremos a pesquisa recente e feita por CARVALHO (1) que, avaliando a eficiência do trabalho da EMATER-MG, em 3 regiões do Estado, respectivamente de alta, média e baixa receptividade à introdução de tecnologia, referente ao período de 1965 a 1974 temos que, além de elevados retornos obtidos pelo programa de extensão rural (taxas de retorno anual acima de 110%), também constatou-se uma elevadíssima taxa de introdução de novas técnicas, a partir do ano de 1970.

Essa importante informação é dada pelas figuras 5, 6, 7 e 8 do trabalho citado.

Sabemos, e o próprio autor salienta no seu trabalho, que a brusca mudança de direção da curva de benefícios, a partir de 1970, seja ocasionada pelas grandes respostas proporcionadas por médios e grandes fazendeiros, antes marginalizados pelos órgãos de assistência técnica, cujo trabalho era desenvolvido basicamente pela ACAR, que tinha sua ação junto aos pequenos e médios produtores rurais e, a partir daí, ela optou por uma clientela constituída de produtores maiores.

Concordamos somente em parte com o autor e com aqueles que comungam da mesma idéia, mas achamos que o fator que mais pesou nesta mudança radical, ocorrida no desenvolvimento da agricultura a partir de 1970, tenha sido o crédito rural.

A situação anterior a 1970 era de quase descaso pelo setor agrícola, mercado desestimulante para os produtos e um estoque de conhecimentos abundante, existente mas não utilizado, por causa dos problemas apontados, e também pela falta de recursos à disposição dos agricultores, para o desenvolvimento de suas empresas. Houve então notável elevação da demanda e dos preços dos produtos agropecuários, no mercado internacional, e o governo brasileiro correto e imediatamente colocou à disposição do setor agrícola os meios necessários ao aproveitamento de todo o conhecimento disponível e, então, obtiveram-se grandes aumentos de produção, e até mesmo produtividade, na região Centro-Sul.

Pelas estatísticas constatamos que a área produtiva do setor agrícola brasi-

leiro concentra-se principalmente nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste e Centro Sul, e onde também se concentra, em maior percentagem as propriedades pequenas e médias. Verifica-se, ainda, que a maior percentagem da produção é obtida por estes grupos de propriedades.

Isso faz-nos acreditar que o grande impacto havido seja explicado pela aplicação do volume de conhecimento existente mas, não fosse o crédito rural, os resultados seriam muito menores. Leva-nos a considerar o crédito num plano de importância tão relevante quanto ao da pesquisa, assistência técnica e indústria produtora de insumos que juntos, formam o grupo de variáveis que dão maiores explicações ao desenvolvimento rural obtido.

Deve-se considerar também que, isoladamente, o crédito é inoperante e os bons resultados são frutos do trabalho integrado do crédito com a assistência técnica, aproveitando a informação existente e a presteza da indústria no atendimento à demanda de insumo gerada por este esforço conjunto. Isso faz qualificar de grande significado o papel de crédito educativo que conjuga e lidera esta interação institucional que, além de prestar melhores serviços à sua clientela serve também de efeito demonstrativo aos demais agricultores, extra-programa.

Há, contudo, certos aspectos do relacionamento dos órgãos de assistência técnica com os bancos que precisam ser examinados e mudanças precisam ser introduzidas, visando melhorar eficiência individual de cada órgão, para a obtenção de resultados ainda superiores aos conseguidos até agora.

A falta de uma perfeita definição de funções e atribuições dos órgãos integrantes do programa de crédito educativo tem ocasionado, pelo menos do lado da extensão rural, uma série de distúrbios que têm provocado sensível queda de produtividade dos técnicos da EMATER-MG, neste último quinquênio, além de ritualismo institucional criado, quando os meios têm-se transformado em fins, tem aumentado a frustração do pessoal, e por causa da indefinição de atribuições à assistência técnica tem desempenhado papéis de responsabilidade bancária, em detrimento do desempenho de sua função primordial, que é a difusão da tecnologia.

Ano	N.º total de técnicos	% da área do Estado atingido
1970	586	—
1971	696	—
1972	1.078	—
1973	1.135	90,85
1974	1.103	92,79
1975	1.263	92,79
1976*	1.534	96,00

(*) Até 30/9/76. Deve-se considerar que a evasão de técnico na EMATER tem atingido a média de 15 a 18%, ao ano, e ocorre em maior intensidade no 2.º semestre, principalmente no último trimestre do ano.

Na segunda abordagem, analisando relatórios estatísticos anuais da EMATER-MG, publicados nos últimos 5 anos, conclui-se que ela atingiu seu nível máximo de crescimento por volta de 1972 e 1973 e daí para frente manteve-se estabilizada, vindo a crescer novamente em 1976.

Esse crescimento ocorrido a partir do 2.º semestre de 1975, foi atribuído principalmente, à criação do POLOCENTRO.

A seguir, mostramos a ação da EMATER-MG com o crédito educativo e faremos alguns comentários:

Ano	N.º de financiamentos	Valor dos financiamentos Cr\$
1972	13.458	307.014.539,00
1973	20.351	830.109.769,00
1974	17.782	1.175.213.797,00
1975	17.502	1.487.049.897,00

Comparando o número de técnicos existentes em 1974 e 1976, encontra-se um aumento de 48%, contudo, o número de financiamentos manteve-se estabilizado e até com ligeiro decréscimo, que persiste para 1976, segundo estimativas. Houve pequeno acréscimo de área atingida, em torno de 3,2%, mas o crescimento em montante financiado entre 1974 e 1975 cresceu, em termos absolutos, 27%, índice inferior à desvalorização do dinheiro (em torno de 35%) e, portanto, em termos reais houve um pequeno decréscimo de 8% no montante total financiado.

A estratégia de ação da EMATER-MG mudou radicalmente, a partir de 1970, época em que o governo passou a estimular o crédito rural educativo. Até aquele ano, a extensão rural desenvolveu seu trabalho mais no sentido educativo-social, melhorando comunidades, desenvolvendo lideranças, grupos de jovens e adultos, comitês rurais e municipais etc. Dados dos relatórios até 1968 mostram que o tempo gasto pelos técnicos com o crédito rural educativo variava de um mínimo de 15% até um máximo de 20%, e os restantes dos 80 a 85% eram dedicados à assistência técnica, participação em treinamento e aspectos burocráticos.

A mesma análise estima para 1974, somente em aspectos creditícios, um consumo de tempo em torno de 55% e dos 45% restantes, no máximo 25%, realmente dedicados à orientação eficaz dos agricultores. O mesmo se aplica para 1975 e 1976, segundo estimativas.

A afluência de pessoas ao trabalho da EMATER-MG, até 1968, aproximava-se de 40% nos projetos econômicos (culturas e criações), 40% nas atividades de bem-estar social e o restante dos 20% era em atividade comunitárias onde participavam homens, mulheres e jovens, em conjunto.

Informações de relatório de 1971 dão uma imagem da estrutura antiga de trabalho constituída de:

- . 112 conselhos de desenvolvimento
- . 557 comissões de projetos
- . 1.406 grupos e clubes de jovens
- . 538 grupos de adultos
- . 4.700 escolas rurais atendidas permanentemente
- . 182 cooperativas de produtores rurais atendidas
- . 136 sindicatos de empregados rurais atendidos

Um total de 696 técnicos trabalharam na EMATER naquele ano, sendo 519 técnicos masculinos atuando em culturas e criações e 177 técnicos femininos, em bem-estar social.

As mudanças determinadas pela conjuntura nacional, a partir de 1970, determinaram uma nova estratégia de ação para a EMATER, com maior prioridade aos projetos econômicos intensamente amparados pelo crédito rural. Isso ocasionou estabilização e até mesmo decréscimo no quadro técnico de assistência das atividades de bem-estar social, e grande aumento do número de técnicos ligados ao desenvolvimento de culturas e criações, conforme podemos mostrar abaixo:

Técnicos	1971	1972	1973	1974	1975	1976*
Total da EMATER-MG	696	1.078	1.135	1.103	1.263	1.534
Bem-estar social	177	197	144	139	153	281
% de bem-estar em relação ao total	25%	18%	13%	13%	12%	18%

†(*) Até 30/9/76.

Com relação à quantidade de público ou número de pessoas atendidas pela EMATER-MG, nos últimos anos, verifica-se o seguinte:

Atendimento	Anos			
	1972	1973	1974	1975
Total da EMATER — %	100	100	100	100
Atendimento pelos projetos de bem-estar social — %	62	58	54	66
Projetos Econômicos (Culturas e Criações) — %	33	42	46	34

Numa verificação da metodologia empregada no desenvolvimento do trabalho, mostra a seguinte distribuição:

Métodos de trabalho	Anos			
	1972	1973	1974	1975
Individual — %	73,33	73,25	77,89	87,99
Grupos — %	22,69	23,58	19,59	9,00
Massa — %	2,19	2,16	1,70	1,79
Cursos — %	1,08	0,69	0,55	1,02
Demonstração de resultados e experimento — %	0,70	0,32	0,28	0,19

Em termos quantitativos, a tendência é de um atendimento individual crescente e, certamente, em virtude do crédito rural, que demanda ações de caráter individual como a elaboração do projeto, assistência técnica durante a execução dos itens financiados e a fiscalização da aplicação. Pode-se afirmar que a quase totalidade do trabalho individual realizado está diretamente ligado ao crédito rural educativo e este, que representava valores entre 15 a 20% das ações da EMATER-MG até 1968, passou a representar 88% em 1975.

Da estrutura antiga do trabalho assistente até 1970, pouco resta dos conselhos e comissões de desenvolvimento, grupos e clubes adultos e jovens e hoje pouco se faz dos recursos da comunicação escrita, falada e televisionada, bem como da liderança formal e informal.

As atividades de bem-estar social apesar de ter seu quadro técnico reduzido de 25% do total em 1971 para 12% em 1975, foram as responsáveis pela maior quantidade do trabalho de grupo e massa e também do público assistido, mantendo em média, nos últimos 5 anos, atendimento a 60% de todas as pessoas orientadas pelo programa da EMATER-MG. De outro lado, as atividades econômicas (culturas e criações) que foram contempladas com elevação do seu quadro de técnicos de 75% do total em 1971 para 88% em 1975 foram trabalhadas mais na base individual, estreitamente ligadas ao crédito rural, e obtiveram resultados negativos em números de projetos financiados e valor real dos respectivos montantes, a partir de 1973.

Não há, por parte do autor deste artigo, nenhum propósito de questionar sobre diferenças de qualidade dos métodos de alcance a grupo e massa como os individuais e nem tão pouco discutir resultados alcançados, já que não temos muitas informações a respeito.

Analisando outros aspectos do trabalho da EMATER-MG especificamente com o crédito rural educativo, uma das tarefas dos seus técnicos é dedicada à ela-

boração de projetos, cuja diminuição foi mostrada em quadros anteriores correspondente a número e montantes financiados no período 1972/75.

Além desse tipo de tarefa o técnico dedica tantas visitas de assistência técnica à propriedade rural, quantas necessárias à orientação da execução do projeto e uma visita de verificação ou fiscalização para comprovação da aplicação do financiamento. Assim, para cada financiamento concedido deverá haver uma fiscalização e uma ou mais visitas de assistência técnica. Vale dizer também que o 2.º semestre do ano é o período de intensidade de elaboração dos projetos e no 1.º semestre o tempo é dedicado, em maior parte, à assistência técnica e fiscalização dos projetos elaborados no ano anterior.

Como não temos referência de anos anteriores, usamos dados do relatório de 1976, referentes ao período de janeiro a agosto deste ano. Para 60.275 financiamentos ativos foram feitas, no período citado, 17.788 visitas de assistência técnica e 28.184 de fiscalização. Deve-se esclarecer que o número de fiscalização é acumulado e deverá corresponder a um máximo de 17.502, que foi o número de financiamentos feitos em 1975, portanto, o valor 28.184 deve corresponder a projetos elaborados em mais de 1 ano.

Tomando estes dados como representativos da realidade atual, faremos considerações e questionaremos alguns pontos que julgamos importantes.

Sendo a intensidade de trabalho do 2.º semestre concentrada na elaboração de projetos, talvez o número de visitas de assistência técnica em 1976 não ultrapasse 20.000, ou seja, pouco mais de uma visita para cada financiamento feito em 1975, o que nos parece muito pouco, se considerarmos que pouco tem sido feito em torno de ações de grupo, massa, cursos e demonstrações de resultados, desde que 88% da metodologia de trabalho empregada tem sido individual.

Uma vez que a fiscalização é obrigatória, exigindo, pelo menos, 1 visita para cada financiamento feito, o número de fiscalização está sendo quase o mesmo daquele da assistência técnica.

Participando, em junho de 1975, de uma avaliação rápida do Programa de Crédito Integrado, em execução no Triângulo Mineiro e Alto Paraíba, e que tem a maior concentração de assistência técnica entre todos os que até aqui implantados, constatamos uma relação média de 1 técnico para 5 propriedades rurais. Cada propriedade recebia entre 20 a 25 visitas anuais de técnicos mas, dois terços delas se destinavam a assuntos burocráticos e administrativos, sendo quase a totalidade destes 2/3 relacionados com a busca de novas informações exigidas pelo banco, durante a análise e aprovação dos projetos, laudos e sinistros etc. Assim, sobrava pouco tempo para orientações técnicas.

Com isso os projetos elaborados nos meses de abril e maio de cada ano tinham um tempo de análise e aprovação de 3 a 4 meses e os recursos chega-

vam ao agricultor a partir de agosto, setembro, até mesmo outubro, entretanto ele já necessitava dele em junho, para aquisição de calcário, sementes, máquinas, fertilizantes e o início de preparo do solo para plantio. Tais informações foram obtidas diretamente, com técnicos e fazendeiros com 3 ou mais anos militando no programa.

Outro aspecto que nos preocupa é o da fiscalização. Se este tipo de trabalho se caracteriza pela verificação dos melhoramentos programados e realizados e pela conferência das garantias oferecidas pelo proprietário ao banco financiador, e se tais procedimentos estão ligados por laços contratuais firmados entre o banco e o mutuário, certamente a fiscalização é uma atividade puramente bancária e de atribuição do órgão financeiro. Analisando, sob o aspecto social, talvez a fiscalização individual, mesmo que uma só vez para cada financiamento concedido, constitua-se num custo social muito elevado e se fossem adotadas estratégias de fiscalização por amostragem e de nível de carteira (comprovantes entregues ao banco) talvez fossem conseguidos resultados semelhantes a custos bem menores.

Se feita a fiscalização por órgão de assistência técnica, o custo social é muito maior e, de acordo com a nossa opinião, seria até luxuoso para um país pobre, como o Brasil, que faz elevados investimentos na formação de um técnico, e o coloca a realizar tarefas executáveis por qualquer pessoa de nível intelectual inferior e, assim, a sociedade deixa de ganhar o produto diferencial do tempo deste técnico, ocupado na fiscalização, quando poderia estar realizando assistência técnica.

Se o interesse dos órgãos de assistência técnica é vender seus serviços aos bancos para fiscalização na busca de recursos para sua própria manutenção, consideramos este propósito de extrema ingenuidade, uma vez que o pagamento recebido não cobre nem os custos diretos da instituição, quanto mais os sociais, pelo não aproveitamento destes técnicos na orientação dos agricultores.

É possível também que, dentro de uma interação institucional bem estabelecida, os bancos possam usufruir muito dos órgãos de assistência técnica, se durante as visitas de orientação às propriedades eles puderem obter e fornecer aos bancos informações de interesse de fiscalização.

Passando para uma terceira abordagem de problemas relativos ao programa de crédito educativo, vamos analisar os resultados de outras pesquisas sobre o assunto realizadas nestes últimos anos.

PATRICK (3), que em 1970, estudou custos e retornos da extensão rural em 5 áreas da região leste do Brasil constituídas por municípios em Minas Gerais (Paracatu, Viçosa e Alto São Francisco), Espírito Santo (Conceição do Castelo) e Rio de Janeiro (Resende) e concluiu que em todas as áreas os retornos foram crescentes, à medida que aumentou o número de contatos dos agricultores pesquisados, que foram na maioria mutuários.

Os resultados parecem mostrar, contudo, que os retornos das atividades de extensão são maiores, nas áreas menos modernizadas. Um quadro demonstrativo destes resultados é dado no quadro 2 do livro citado, em rodapé na página anterior.

Em pesquisa contratada pela ABCAR, ao Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo e referente aos anos de 1971 e 1972, (2)^{1/} analisou a rentabilidade obtida por 1.686 propriedades assistidas pelo Sistema, e que receberam crédito com assistência técnica, um período variando de 1 a 22 anos. A amostra abrangeu agricultores assistentes em 17 Estados da Federação, e foi assim constituída:

. Maranhão	—	49	mutuários
. Piauí	—	49	"
. Ceará	—	127	"
. Rio Grande do Norte	—	71	"
. Paraíba	—	95	"
. Pernambuco	—	124	"
. Alagoas	—	45	"
. Sergipe	—	54	"
. Bahia	—	80	"
. Minas Gerais	—	328	"
. Espírito Santo	—	106	"
. Rio de Janeiro	—	80	"
. Paraná	—	130	"
. Santa Catarina	—	169	"
. Rio Grande do Sul	—	128	"
. Mato Grosso	—	68	"
. Goiás	—	130	"

Além da análise da rentabilidade o autor investigou a introdução de 14 técnicas básicas para culturas e criações, difundidas pelo serviço de extensão e adotadas antes da entrada dos mutuários no programa, e após ela. Finalmente, estabeleceu correlações existentes entre a rentabilidade obtida em cada propriedade, com as técnicas adotadas.

A rentabilidade dos produtores é apresentada segundo os anos de assistência técnica recebida na forma de estratos assim especificados:

- 1.º estrato: de 0 a 1 ano de assistência técnica.
- 2.º estrato: de 2 a 4 anos de assistência técnica.
- 3.º estrato: de 5 a 7 anos de assistência técnica.
- 4.º estrato: de 8 a 10 anos de assistência técnica.
- 5.º estrato: mais de 11 anos de assistência técnica.

1/ Veja o mesmo trabalho na versão preliminar publicado em forma de trabalho para discussão — 1974/08, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de S. Paulo. Veja também, Estudos Econômicos, IPE — U.S.P., volume 4, n.º 3, 1974.

QUADRO 2 — Estimativa dos retornos anuais em cruzeiro de vários anos de escolaridade completos e de contatos com o Serviço de Extensão, nas áreas estudadas, 1967/68*

Item	Áreas				
	Paracatu	C. de** Castelo	Alto São Francisco	Viçosa	Resende
Anos de Escolaridade			Escolaridade		
1	-217,7	-48,1	-182,9	89,4	-75,7
2	-396,1	-99,9	-300,9	192,6	27,3
3	-571,9	-151,2	-424,6	300,1	120,2
4	-745,9	-200,4	-555,6	413,0	233,9
5	-918,5	-249,00	-635,6	531,9	336,2
6	-1.090,8	-298,2	-847,0	565,9	438,9
Contatos com a Extensão			Extensão		
1	17,3	54,1	26,9	11,2	-59,5
3	25,2	158,5	70,9	35,7	-35,6
5	34,2	267,3	119,7	61,6	-11,9
7	44,6	380,7	169,5	87,7	11,8
9	53,2	498,9	220,2	114,2	35,5
11	62,3	622,2	272,1	141,2	59,0
13	71,2	750,7	324,9	168,3	82,4
15	80,5	884,0	378,8	195,8	105,7

* O produto marginal do n-ésimo ano (ou contato) pode ser computado subtraindo-se o retorno anual n-1 do ano n.

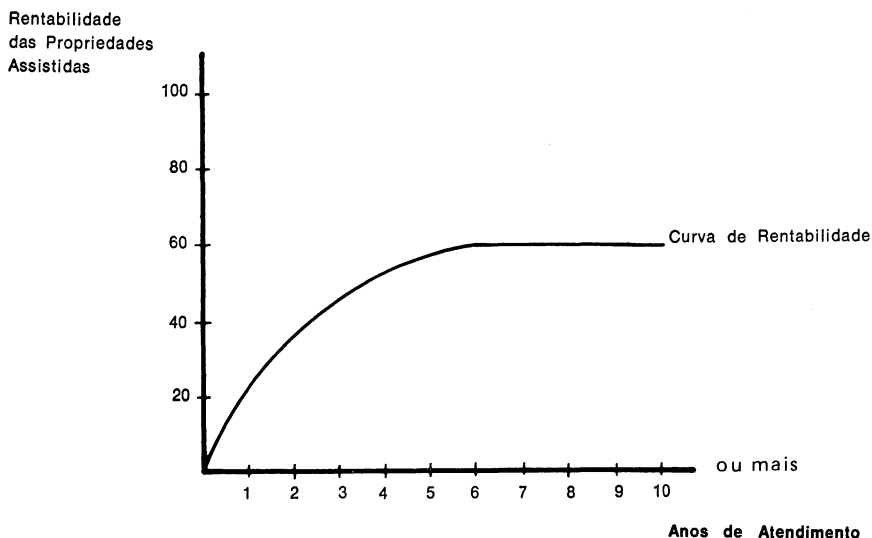
** Os resultados de Conceição de Castelo referem-se ao ano agrícola 1966/67.

O 2.º estrato é o que apresentou melhores resultados em termos de rentabilidade, sendo superior em 23% ao 1.º estrato e ao 3.º estrato (este iguala ao 1.º estrato). Os estratos de números 4 e 5 apresentam rentabilidade sucessivamente inferiores ao 3.º estrato. O 4.º estrato é 20% menos rentável que o 3.º e o 5.º é 20% menos rentável que o 4.º. Após 10 anos, os retornos se estabilizam, em 10% ao ano.

Relacionando a rentabilidade obtida com a adoção de tecnologia, o estudo mostra que o grupo de propriedade que obteve as maiores taxas de retorno era o que apresentava o menor nível tecnológico, antes de receber a assistência técnica e era precisamente este grupo que passou a adotar maior quantidade das técnicas preconizadas, inclinando-se a levantar a hipótese de que, durante este processo de mudanças, a rentabilidade se elevava.

Esses resultados levam a crer que a extensão rural provoca uma rápida transformação, junto aos produtores de baixo nível tecnológico e que a introdu-

ção desses novos fatores leva à realização de novas possibilidades de lucros, mas o contínuo reinvestimento e a intensificação destas novas técnicas provoca uma queda na rentabilidade. No caso dos produtores de nível tecnológico mais elevado, é provável que o sistema de extensão rural não tenha muito que transmitir, resultando daí um impacto menos perceptível sobre a tecnologia e a rentabilidade.



Muitas especulações têm sido feitas tentando explicar esta ocorrência. Entre as hipóteses mais aceitas para as causas do decréscimo da rentabilidade, à medida que aumenta o tempo de atendimento, estão as que acham ser atribuído à qualificação dos técnicos, cuja preparação dada pelas faculdades tem decaído, em razão da crescente afluência de estudantes a elas. Isso faz com que o técnico naturalmente busque uma clientela mais atrasada, e fique receoso de enfrentar os fazendeiros mais esclarecidos, principalmente nos dois primeiros anos de formado. Como a mobilidade de técnicos no serviço de extensão tem sido muito grande — pois não chega a permanecer dois anos no mesmo município, e assim que ele atinge a experiência e maturidade necessárias, deixa a organização.

Outra hipótese muito plausível é que o acervo de conhecimento colocados nas mãos da assistência técnica, principalmente os de economicidade comprovada, é limitado, e que, a partir de um certo número de anos de atendimento, os agricultores têm pouco a ganhar com o trabalho. Tal resultado tem evidentemente, implicações com a pesquisa que é responsável pela ampliação deste acervo de conhecimentos.

De qualquer forma fica a ser respondida uma pergunta muito séria: O que fazer com os agricultores após o 5.º ano de assistência técnica, quando ele já

aplicou todo o estoque de conhecimentos de eficácia econômica comprovada? Abandoná-lo? Certamente que não. Achamos que ele pode ser transformado num agente de desenvolvimento e dar grandes contribuições à sociedade. Entre as oportunidades que lembramos de momento, poderemos usá-lo para:

- . Fazer contabilidade da empresa e fornecer subsídios para o estabelecimento de políticas para o setor, indicadores de programas e outras informações.
- . Participar junto aos órgãos da pesquisa na obtenção e teste de novas informações.
- . Multiplicadores de sementes selecionadas.
- . Subsidiar e orientar os programas pelo suporte de uso bem sucedido de técnicas agropecuárias aprovadas em suas propriedades.
- . Exercer a liderança rural e urbana.
- . Servir de efeito demonstrativo para outros agricultores mais atrasados.
- . Constituírem-se nos fazendeiros construtores de campos de demonstração.
- . Dirigidos e estimulados ao desenvolvimento do cooperativismo.

Acreditamos que muitas outras iniciativas podem ser creditadas a este grupo de agricultores, com resultados promissores.

Finalmente, numa quarta abordagem, desejamos comentar sobre o processo de elaboração e avaliação de projetos agropecuários. Dois aspectos merecem ser destacados.

- . Existem na literatura vários livros e manuais de elaboração e avaliação de projetos que aplicam o roteiro geral estabelecido pela CEPAL, publicado há mais de 20 anos, e que tem servido de base à organização de sistemáticas de projeto, combinando o processo de elaboração com as técnicas de avaliação, dando toda a orientação técnica necessária ao assunto. Para a indústria, os economistas já fizeram as adaptações necessárias e o setor dispõe de um sistema padrão organizado, permitindo um planejamento eficiente com muita aproximação entre o esperado e o realizado. Usa-se generalizadamente o mesmo processo de projetamento para todos os ramos de indústria e para qualquer região.
- . Para a agricultura os projetos são compostos de formulários deficientes e incompletos, e embora considerados como instrumentos de aperfeiçoamento da previsão, demonstrativos da rentabilidade dos investimentos programados e da redução de risco para o empresário, eles deixam muito a desejar. Não existe para o setor agropecuário um roteiro de projeto estudado e padronizado, dentro dos rigores necessários. Cada órgão ou firma de planejamento elabora de acordo com o seu próprio critério, o conjunto de fórmulas a que dá o nome de projeto, e com o intuito de somente mostrar ao agente financiador garantias e capacidade de reembolso para o empréstimo proposto, e aplica-se um mesmo roteiro a tamanhos diferentes de projetos, sem considerar que os de dimensões diferentes estão sujeitos a riscos e incertezas também diferentes e exigem minúncias diferentes, com variações no roteiro de planejamento.

A ação de planejamento é a de antecipar o futuro com vistas a diminuir incertezas e riscos e otimizar o sucesso do empreendimento. Além disso, os recursos são escassos para atender a um conjunto ilimitado de necessidades, e por isso há necessidades da estimativa da rentabilidade dos investimentos que permitirá eleição tanto pelo agricultor como pelo agente financeiro das prioridades a serem contempladas a curto, médio e longo prazos, dentro das condições e dos meios disponíveis. Todo esse conjunto de informações dado pelo processo de avaliação de projetos, e que é de tamanha importância na distribuição e objetividade de uso dos recursos, não vêm sendo utilizado no sistema atual de planejamento do setor agrícola.

O manual de projetos da CEPAL surgiu em face de uma situação bastante semelhante a esta. Como as coisas em termos de planejamento andavam tão desordenadas antigamente aquele órgão internacional organizou através de uma comissão composta de técnicos de vários países, o seu manual que se constitui em orientação geral para o assunto.

No caso da agricultura, a necessidade é semelhante. Há grande variação nos roteiros existentes e grande falta de entendimento entre planejadores e analistas de projetos, e por isso, como dissemos anteriormente, em programa de cuja avaliação participamos, há uma demora enorme na aprovação dos projetos em prejuízo do agricultor, por falta de um eficiente instrumento de comunicação entre projetistas e analistas e que, no caso, seria um manual de projeto elaborado especialmente para o setor agrícola.

Cabe aos órgãos que dirigem a política de crédito rural no Brasil, como o Banco Central, CONCREDE e os que agem com maior intensidade como o Sistema EMBRATER e outros, a solução do problema, tomando as providências de curto prazo, e através de comissões de técnicos de organizações diversas e Estados diferentes montar uma sistemática de elaboração e avaliação de projetos agropecuários de modo objetivo e racional, com real aplicação dos princípios e das vantagens da técnica do planejamento.

Por quatro vezes tivemos oportunidade de ministrar aulas em cursos rápidos em planejamento de propriedades rurais, patrocinados pela Escola Superior de Agricultura de Lavras e pelo Banco Central (Setor de Minas Gerais) e com participação de 100 técnicos, aproximadamente, vindos de vários Estados do País, e pertencentes aos principais órgãos que se dedicam ao crédito rural e cujos técnicos ocupam funções de coordenação estadual, regional, até os de execução, a nível de município.

O assunto ensinado foi o contido na literatura existente, tanto nos manuais de projetos como nos livros de planejamento de empresa, e também aspectos da teoria da produção e do investimento contidos nos livros de macro e microeconomia. Notamos um total desconhecimento dos assuntos ensinados por parte dos técnicos participantes e total falta de aplicação de tais assuntos, no seu trabalho. Notamos também com satisfação a existência atualmente de maior interesse no

treinamento de técnicos para trabalhar em crédito rural mas, infelizmente, em iniciativas isoladas e com afluência somente de técnicos projetistas, ficando ausentes os analistas, que atuam junto às carteiras de crédito rural dos bancos. Isso pode vir agravar mais o problema já existente da deficiente comunicação entre elaboradores e analistas de projetos, porque muitos conceitos novos, emitidos nestes cursos e absorvidos pelos projetistas, não são do conhecimento dos analistas.

Desse modo, a sugestão anterior dada aos órgãos de cúpula que coordenam o crédito rural, no que se refere à sistematização do roteiro de projetos, é válida também para a sistematização e padronização do treinamento proporcionando aos técnicos que atuam com o crédito rural, abrangendo os que elaboram, e os que analisam projetos, em treinamentos conjuntos.

3. CONCLUSÕES:

Do exposto no presente documento pode-se concluir que:

Está provada a eficiência do crédito rural, como variável explicativa do desenvolvimento do setor, seu importante papel de suporte à introdução de tecnologia e a necessidade do crédito educativo como orientador do programa, em geral. Do mesmo modo, os retornos sociais aos investimentos nos programas de desenvolvimento rural são muito elevados.

Há necessidade de minucioso exame e definições corretas das funções e atribuições dos órgãos encarregados do desenvolvimento do crédito rural educativo, visando a maior objetividade no modo de agir, para cada instituição, e maior aperfeiçoamento da integração entre elas.

Há, por parte dos órgãos de assistência técnica, necessidade urgente de rever seu processo de difusão de tecnologia, para maior aproveitamento do seu potencial técnico em benefício de maior atendimento do povo rural, em forma de grupo de massa.

É importante que sejam estabelecidas novas linhas de trabalho para os agricultores com mais de 5 anos de permanência no programa.

Urge que se tomem medidas para a organização e padronização de roteiro, no sentido de elaborar e avaliar os projetos para o setor agrícola, e que o pessoal seja devidamente treinado, para realizá-los.

Devem ser estimuladas novas pesquisas de avaliação de crédito rural, dados os recursos atualmente dedicados ao programa.

Finalmente, o autor faz várias afirmativas de caráter pessoal baseadas unicamente no seu campo de observação que é, naturalmente, restrito. Se conscientizado do erro de tais afirmações, ele as corrigirá.

Benefícios
Custos

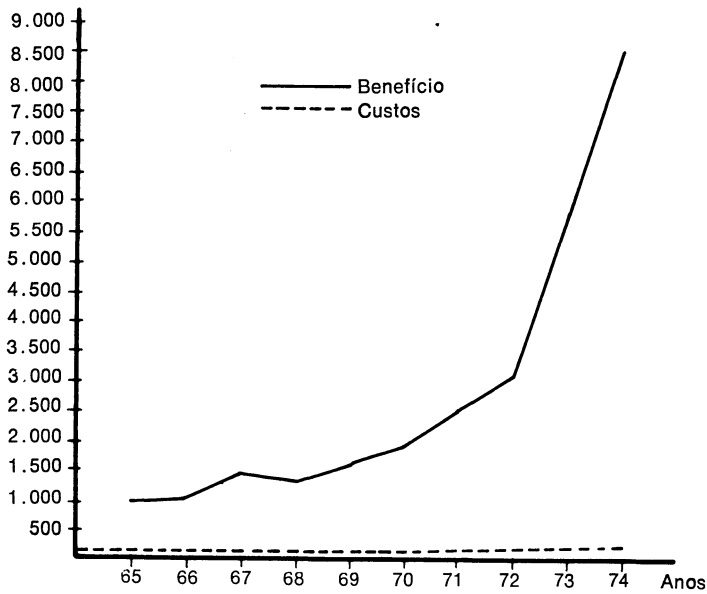


Figura 1 — Benefícios e Custos do Serviço de Extensão para as Regiões de Uberlândia, Divinópolis e Teófilo Otoni, em Conjunto.

Benefícios
Custos

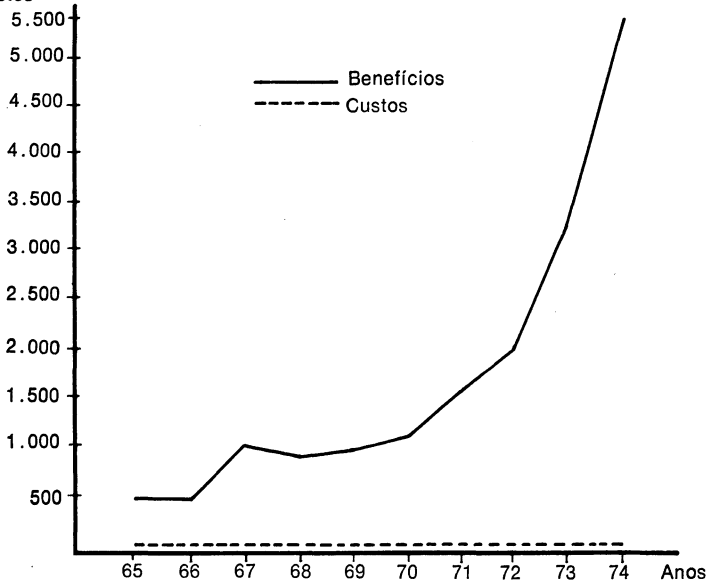


Figura 2 — Benefícios e Custos de Extensão Rural para a Região de Uberlândia.

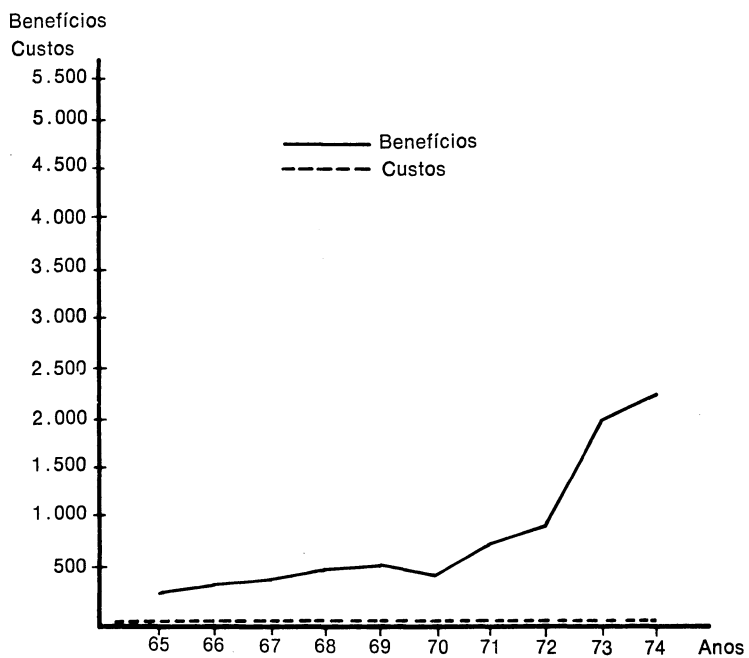


Figura 3 — Benefícios e Custos da Extensão Rural para a Região de Divinópolis.

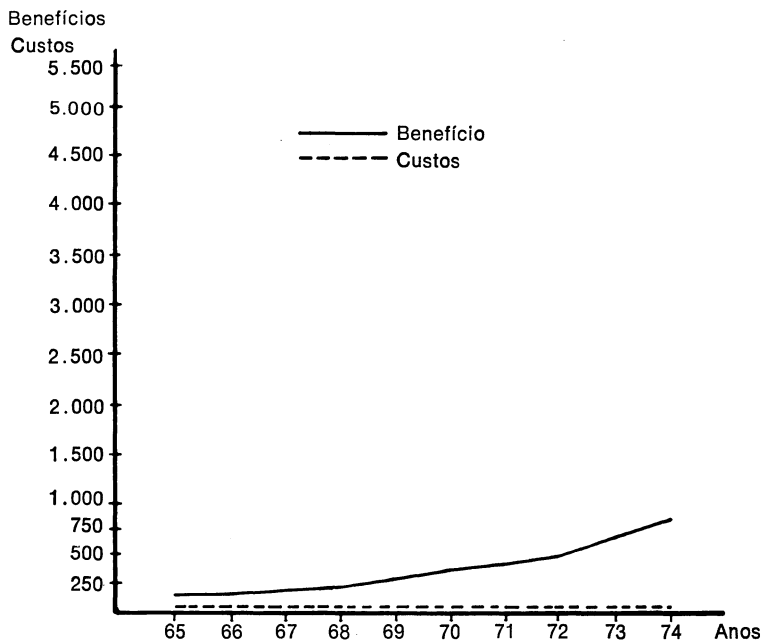


Figura 4 — Benefícios e Custos da Extensão Rural para a Região de Teófilo Otoni.

4. LITERATURA CITADA

1. CARVALHO, Carlos Henrique de. **Avaliação Econômica de um Serviço de Extensão Rural: O Caso da EMATER-MG** — Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (Tese de M.S. 1976).
2. DIAS, Guilherme Leite da Silva & LANGONI, Carlos Geraldo. **Avaliação do Serviço de Extensão Rural: Considerações Gerais sobre o Impacto Econômico de Extensão Rural — Desenvolvimento da Agricultura** — Livraria Pioneira Editora — 1975.
3. PATRICK, George F. **Custos e Retornos da Educação em Cinco Áreas Agrícolas da Região Leste do Brasil** — Desenvolvimento da Agricultura, Livraria Pioneira Editora — 1975.